



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - MÁFIA DO FUTEBOL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0600/16	DATA: 09/06/2016	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 10h37min	TÉRMINO: 12h36min	PÁGINAS: 47
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
EDUARDO VIEIRA GABARDO - Repórter do jornal <i>Zero Hora</i> . RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA - Repórter do jornal <i>Zero Hora</i> .			
SUMÁRIO			
Debata sobre o tema <i>Os Coronéis do Futebol</i> .			
OBSERVAÇÕES			
Houve reprodução de áudio.			



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Bom dia a todos!

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia do Futebol.

Informo aos senhores o recebimento das seguintes correspondências:

Do Presidente da Câmara dos Deputados comunicando a indicação, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, do Deputado Edinho Bez, para compor esta CPI, na qualidade de suplente;

Do Sr. Deputado João Derly, encaminhando atestado médico que justifica suas ausências entre os dias 02 e 16 do corrente mês;

Do Secretário da Receita Federal do Brasil, encaminhando resposta ao Requerimento nº 72/2016, de autoria do Deputado Silvio Torres, que requeria informações sobre o PROFUT.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para tratar do tema *Os Coronéis do Futebol*, com a presença dos Srs. Eduardo Vieira Gabardo e Rodrigo Martins de Oliveira, repórteres do jornal *Zero Hora*. Eles já tomaram assento à mesa.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa:

O tempo concedido para cada convidado será de até 20 (vinte) minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Hoje, excepcionalmente, vamos fazer um bate-bola entre os convidados, que terão 40 minutos para poder fazer a apresentação;

Os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Vou conceder a palavra aos Srs. Eduardo Gabardo e Rodrigo Oliveira.

Eu não sei se vocês querem fazer uso do microfone sem fio ou ficar à vontade no microfone fixo. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Eduardo Vieira Gabardo.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Bom dia a todos! Muito obrigado, Deputado João Derly, pelo convite.

Para mim e para o Rodrigo é uma alegria muito grande poder estar aqui para contribuir com este debate. Eu acho que todos os que estão aqui, todos os que



estão trabalhando nesta Comissão e nós, como jornalistas, temos o mesmo objetivo, que é contribuir para melhorar a administração do futebol brasileiro.

Nós, no ano passado, em 2015, fizemos uma série de reportagens no Rio Grande do Sul, intitulada *Coronéis do Futebol*. Essa reportagem foi veiculada na *Rádio Gaúcha*, no jornal *Zero Hora*, enfim, nos veículos do Grupo RBS, lá no Rio Grande do Sul.

O ponto de partida, o mote, foi aquilo que a gente viu no dia 27 de maio de 2015, com aquelas prisões — e eu acho que todos acompanharam — lá em Zurique, na Suíça, que acabou atingindo em cheio a FIFA, quando oito Vice-Presidentes da entidade foram presos, entre eles, José Maria Marin, que era Vice-Presidente da CBF.

Então, a gente procurou trazer para a nossa realidade aqui do Brasil, para ver as semelhanças que tem no modelo de administração da CBF, do futebol brasileiro, com o que estava acontecendo na FIFA, com o problema que teve lá.

E aí começamos a investigar, a colocar uma lupa em cada uma das 27 federações para ver como age esse grupo político, que comanda a CBF há 30 anos, de que maneira trabalha para conseguir o que ele está conseguindo, que é a perpetuação no poder. Esse grupo político, em 2019, quando terminar o mandato de Marco Polo Del Nero, vai completar 30 anos no poder.

Então, eu e Rodrigo de Oliveira chegamos a algumas conclusões, não é?

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Exatamente. Em primeiro lugar, bom dia, Deputado João Derly! Bom dia a todos os Deputados presentes! Bom dia a todos que nos acompanham pela *TV Câmara*!

Analisando a situação política da CBF e das 27 federações, a gente constatou que, embora haja uma notória insatisfação do público esportivo, das pessoas que militam no futebol com a forma como o futebol brasileiro é gerido, a gente notou que, apesar disso, as mesmas pessoas ou os mesmos grupos políticos se mantêm no poder há muito tempo.

E, na maioria dos casos, as eleições são feitas por aclamação, são feitas sem que haja uma candidatura de oposição. Em muitos desses casos, a mesma pessoa se mantém no poder por décadas ou, então, quando não se mantém no poder por



décadas, passa o poder para um aliado, sem que haja uma eleição com a presença de uma oposição. É feita apenas uma aclamação.

Então, esse foi o ponto que nos chamou a atenção num primeiro momento. Se há insatisfação, como que a aclamação é feita em tantas federações de forma tão simples?

Parte desse resultado que a gente vai apresentar aqui é que a estrutura de poder na relação entre CBF e federações é muito similar a das oligarquias, no tempo da República Velha, ou similar também a das Capitânicas Hereditárias, para citar alguns exemplos, alguns paralelos na História do Brasil.

Para explicar rapidamente o método que nós utilizamos, nós fizemos entrevistas com pessoas que tentaram se candidatar à Presidência, tentaram lançar uma chapa de oposição às federações em cada um desses Estados, mas não conseguiram por diversos motivos que nós vamos apresentar aqui. Sempre nós demos oportunidade ao contraponto para as pessoas entrevistadas que foram citadas por essas pessoas que militam no futebol.

A gente separou, não é Eduardo, um rápido compacto.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Na verdade, é uma apresentação da matéria, é coisa bem rápida. Eu acho que tem 1 minutinho, 1 minuto e meio, 2 minutos, para a gente acompanhar o que é uma apresentação, o que é a matéria que a gente vai explicar daqui há pouco.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Áudio nº 1.

*(Reprodução de áudio.)*

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Nós constatamos, na produção da série de reportagens *Coronéis do Futebol*, na *Rádio Gaúcha*, no *Jornal Zero Hora*, que existe uma cultura de continuísmo tanto na CBF, entidade máxima, quanto na grande maioria das 27 federações estaduais.

Como a gente pôde acompanhar, nesse rápido compacto dos principais pontos da reportagem, as denúncias das pessoas, que tentam lançar uma chapa de oposição e não conseguem, repetem, mesmo em contextos diferentes, em Estados diferentes. Os relatos de falta de transparência nos processos são parecidos, para não dizer os mesmos.



É importante dizer que, com isso, o colégio eleitoral, que é responsável pela eleição do Presidente da CBF, acaba sempre sendo situacionista. No momento em que a gente fez essa reportagem, era necessário ter a assinatura de oito federações e de cinco clubes da Série A para lançar uma chapa à Presidência da CBF. Isso se repete. Cada entidade dá a sua assinatura para a chapa, mas não pode assinar outra chapa que esteja concorrendo. Essa é a razão pela qual as eleições na CBF são sempre feitas por aclamação, sem que alguém tenha a oportunidade de lançar uma candidatura alternativa.

O resultado é que, no momento da reportagem, pelo menos dez presidentes de federação estavam, há mais de 20 anos em seus cargos, pelo menos 20 federações. Isso foi algo que nos chamou atenção.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Vou citar alguns exemplos utilizando esse tipo de sistema. O sistema funciona assim. em Roraima, o Presidente Zeca Xaud está há 41 anos como Presidente da Federação de Futebol de Roraima; em Mato Grosso, Carlos Orione, há 34 anos como Presidente da Federação; em Santa Catarina, Delfim Peixoto, há 30 anos como Presidente da Federação Catarinense; no Acre, Antônio Aquino, há 27 anos como Presidente da Federação do Acre; e, por aí, vai.

São quantos, Rodrigo?

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Dez.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - São dez presidentes de federações há mais de 20 anos no poder.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Em fevereiro, Carlos Orione renunciou à Presidência da Federação do Mato Grosso. Então, hoje, esse número seria reduzido para nove. No momento da reportagem, eram dez.

De qualquer forma, há outros vários casos em que, mesmo que a mesma pessoa não tenha se mantido no poder, o candidato indicado por ela foi eleito também, e por aclamação.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Nós vamos chegar lá, porque são eles que votam para Presidente da CBF e recebem repasses milionários da CBF. Daqui a pouco, nós vamos falar sobre isso.



**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Eu citei aqui, como um dos exemplos relatados pelas pessoas que militam no futebol e que tentaram lançar uma candidatura de oposição, a presença de estatutos que inviabilizam ou, em alguns casos, até impossibilitam o surgimento de uma chapa de oposição.

Eu trouxe aqui alguns exemplos, e acho que o principal é o da própria CBF, em que 27 federações e 20 clubes votaram até a última eleição, sendo que as federações, pelas razões que nós vamos explicar e que constam da matéria, correspondem a um colégio eleitoral totalmente situacionista e jamais deixarão que seja eleita uma chapa de oposição.

Mas a mesma situação se repete nas federações estaduais, e vou citar alguns exemplos. Na Federação do Tocantins, os clubes profissionais da segunda divisão não têm direito a voto, apenas os nove clubes profissionais da primeira divisão e as mais de 15 ligas amadoras. O que existe, então, é uma supremacia de entidades amadoras no colégio eleitoral, entidades amadoras que têm mais peso para eleger o Presidente que os clubes profissionais.

Outro exemplo importante, um dos mais relevantes. Na Federação de Futebol do Espírito Santo, há dez clubes na primeira divisão. Para lançar uma chapa, é preciso ter a assinatura de, pelo menos, cinco clubes da primeira divisão, dois da segunda e também de um clube amador. E, como em todos os casos, o clube que assina uma chapa, não pode assinar a da outra.

Por exemplo, se eu e o meu colega, Eduardo Gabardo, formos candidatos a Presidente, e eu pedir para colocar a minha chapa à disposição das entidades filiadas, a entidade que assinar a minha não pode assinar a do Eduardo, ou vice-versa. Isso não é o voto, isso é a subscrição da chapa para que a chapa possa participar desse colégio eleitoral.

Então, peguemos o exemplo do Espírito Santo, em que são dez clubes da primeira divisão. Para lançar uma chapa, são necessários cinco, ou seja, na melhor das hipóteses, dois candidatos, sendo que, quando começar o processo, quem está no poder já sabe quem vai apoiá-lo ou não, o que cria um notório constrangimento a quem, eventualmente, vai se opor a quem está no poder.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Só lembrando que, por enquanto, são 26 anos, mas, ao final do ano de 2019, serão 30 anos desse grupo comandando a



CBF, e jamais houve um candidato de oposição que tentasse tirar esse grupo do poder, justamente em razão dessa dificuldade existente no estatuto.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Em relação à Federação de Futebol do Amazonas, é outro caso que se repete bastante. Pelo estatuto, para uma chapa ser lançada e poder participar do processo eleitoral, é preciso ter a assinatura de 20% das entidades profissionais e das entidades amadoras.

E um exemplo é que, quando a chapa de situação é formada, a chapa já chega com as assinaturas, e foi o que ocorreu na última eleição do atual Presidente, Dissica Valério Tomaz. Quando a chapa foi lançada, ele já tinha a assinatura das 61 ligas que fazem parte do colégio eleitoral. Ou seja, quando a chapa foi apresentada, não adiantava ninguém mais lançar candidatura, porque aquelas entidades, que fazem parte do colégio eleitoral, em sua maioria, já havia subscrito a chapa de situação. É isso o que ocorre.

Eu tenho o exemplo do Espírito Santo, quando a eleição do atual Presidente, Gustavo Vieira, também foi por aclamação. No Tocantins, o atual Presidente, Leomar Quintanilha, também foi eleito por aclamação; no Mato Grosso do Sul, o ex-jogador Amarildo Carvalho, que foi um dos nossos entrevistados, disse que queria lançar uma candidatura de oposição, só que o estatuto foi mudado quando o nome dele começou a ficar forte. Ele nunca foi presidente de clube, nunca foi dirigente, é um ex-jogador. Quando o nome dele começou a ficar forte, segundo ele, o estatuto foi modificado, incluindo-se uma cláusula que obrigava o postulante ao cargo ter sido dirigente ou presidente de um clube de futebol. Então, Francisco Cezário, atual Presidente, foi eleito, também por aclamação, em 30 de abril de 2014.

Nós separamos um rápido compacto também com os principais trechos de relatos de estatutos, que não são ilegais, em uma primeira análise, mas são estatutos que inviabilizam o surgimento de qualquer tipo de oposição. Eu não estou falando que é preciso ter oposição para derrubar quem está no poder. Estou falando da necessidade de haver uma oposição para que se tenha um processo eleitoral democrático em que haja debate de ideias, haja críticas, haja oportunidade de quem está no poder responder às críticas e até poder, nesse debate, explicar por que merece essa continuidade.

Vamos ouvir esse compacto. Áudio nº 2:



*(Reprodução de áudio.)*

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Vamos identificar os nomes. Nós ouvimos, na ordem: Aduino Menegussi, Presidente do Linhares, do Espírito Santo; Léo Almeida, ex-dirigente do Interporto; Luís Augusto Mitofo Jr., Presidente do Nacional, do Amazonas; e Amárido Carvalho, ex-jogador de Mato Grosso do Sul, todos pré-candidatos dos respectivos Estados, que alegam não ter tido a oportunidade de colocar seus nomes dentro do processo como candidatura de oposição.

Outro item, que eu considero muito importante da nossa reportagem, envolve denúncias que, se fossem feitas em caráter isolado, poderíamos até separar do contexto. A questão é a seguinte: quando ouvimos no Estado tal, no Norte, por que a situação conseguiu se eleger por aclamação, é que houve um relato de “compra” — entre aspas — de votos. Quando vamos para o Sudeste, para o Centro-Oeste, para o Nordeste, em federações com contextos totalmente diferentes, em circunstâncias diferentes, pessoas que não têm nenhuma ligação entre si dão o mesmo relato, repito, o mesmo relato de “compra” — entre aspas — de votos.

Separamos outro compacto de áudio para mostrar como os relatos, as denúncias, são muito parecidos, para não dizer iguais.

Áudio nº 3.

*(Reprodução de áudio.)*

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Nós ouvimos Léo Almeida, do Interporto, do Tocantins; Luiz Omar Pinheiro, ex-Presidente do Paysandu, que foi candidato contra o Coronel Antônio Carlos Nunes à Presidência da Federação do Pará; Aduino Menegussi, Presidente do Linhares, do Espírito Santo; Luís Mitofo, do Nacional, do Amazonas; e José Cordeiro de Lima, Presidente do São Domingos, de Alagoas.

É importante dizer que, no contexto relatado por todos eles, nos respectivos Estados, as entidades amadoras têm um peso maior que as entidades profissionais na definição da eleição. O relato deles é que as entidades amadoras, as ligas, principalmente as que organizam o futebol amador nos Municípios, em Estados maiores como Amazonas, Pará, Estados grandes, onde é muito mais difícil chegar ou ter acesso para se apresentar uma proposta, essas entidades amadoras são



mais suscetíveis a receber esse tipo de — entre aspas — “presentes” relatados por eles, como bolas, coletes, camisetas da Seleção Brasileira, como relatado pelo ex-Presidente do Paysandu, Luiz Omar Pinheiro, entre outras questões.

Nós buscamos ouvir o contraponto, mas não obtivemos resposta em todos os casos do pedido de entrevista. Em um dos casos, Gustavo Feijó, ex-Presidente da Federação Alagoana de Futebol, atual Vice-Presidente da CBF, disse que tem contrato com a Penalty, recebe bolas e, por isso, repassa as bolas para as entidades. Esse foi o relato dele, mas nega que tenha dado televisores, conforme denunciado pelo opositor, pelo pré-candidato.

Outro ponto importante é o relato das eleições secretas. Eu vou citar dois casos emblemáticos, antes de devolver a palavra ao Eduardo Gabardo para falar sobre o episódio daqui do Distrito Federal, outro caso importante.

No Tocantins, por exemplo, o ex-Diretor do Interporto que nós ouvimos, Léo Almeida, diz que estava preparando a candidatura, conversando com apoiadores, pensando em propostas para fazer uma candidatura de oposição ao Presidente da Federação, Leomar Quintanilha, e ele ficou sabendo que teria eleição na véspera.

Segundo ele, a eleição foi antecipada, e, na segunda-feira, ele ficou sabendo que a eleição seria terça-feira. Ou seja, ele não teve a menor condição, na versão dele, de inscrever a chapa e de lançá-la. Sendo assim, segundo a própria nota no *site* oficial da Federação do Tocantins, o Presidente Leomar Quintanilha foi eleito por aclamação, mais uma vez, no dia 16 de julho de 2014, e tomou posse em abril de 2015.

Outro caso, que está diretamente ligado à política, envolve a Federação do Estado de Pernambuco. Quando o atual Presidente Evandro Carvalho foi eleito também por aclamação, em 22 de setembro de 2014, havia 2 pré-candidatos de oposição: o ex-Presidente da Federação Pernambucana, Carlos Frederico Oliveira, e o Vereador de Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife, Romerinho Jatobá.

Os dois deram o mesmo relato de que tinham a pré-candidatura pronta, esperando o edital para lançar a chapa. E, segundo eles, o edital foi lançado de surpresa no dia da morte do ex-Governador do Estado de Pernambuco, então candidato à Presidência da República, Eduardo Campos. Os senhores conhecem,



evidentemente, a importância de Eduardo Campos para a política e o Estado de Pernambuco. O Brasil parou naquele dia. Segundo o relato dos dois, o edital acabou sendo secreto, porque foi lançado em um dia em que o Estado de Pernambuco e o País estavam numa comoção, e não havia clima.

Nós vamos até reproduzir um áudio rápido dos dois: o primeiro Carlos Frederico de Oliveira e o segundo Romerinho Jatobá, os dois pré-candidatos.

Áudio nº 4.

*(Reprodução de áudio.)*

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Nós entrevistamos o Presidente da Federação Pernambucana de Futebol, Evandro Carvalho, para que pudesse explicar e rebater o que foi dito pelos dois pré-candidatos. Ele disse que não acreditava que os dois tinham dito isso. Frase dele, Evandro Carvalho: *“Não acredito que eles tenham firmado essa posição”*. Ele disse que o edital foi lançado 30 dias antes e que o fato de ele ter sido publicado no dia da morte do Governador Eduardo Campos foi uma coincidência, que não foi uma antecipação de eleição.

Outro caso, que envolve denúncias mais graves, diz respeito à eleição ocorrida em novembro de 2013 para a Presidência da Federação de Futebol do Estado do Pará. Nesse caso, ocorreu uma eleição com Ulisses Sereni, Luiz Omar Pinheiro e Antônio Carlos Nunes. Antônio Carlos Nunes, Coronel Nunes, atual Vice-Presidente da CBF, foi eleito.

Tem aí o tempo, Gabardo, em que o Coronel Nunes está no poder da Federação do Pará? Se puder dizer, apenas para complementar.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Tenho.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Luiz Omar lançou uma candidatura de oposição, que é ex-Presidente do Paysandu.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Vinte e cinco anos.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Vinte e cinco anos no poder. E, nesse caso, houve eleição com dois candidatos.

Atenção para esse áudio com Luiz Omar Pinheiro, ex-Presidente do Paysandu. Ele foi candidato e relatou, nessa entrevista para nós, as dificuldades que teve para poder vencer essa eleição.

Áudio nº 5.



(Reprodução de áudio.)

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA**- Esse é o Luiz Omar Pinheiro, ex-Presidente do Paysandu, candidato derrotado na eleição, em novembro de 2013. Perdeu para o Coronel Antonio Carlos Nunes, que foi reeleito. Enfim, ele falou muitas questões. Resumidamente, ele denuncia que seus eleitores foram parados na estrada e tiveram seu voto comprado naquele momento. Denuncia também que o Coronel Nunes sabia quem votou nele e quem não votou, citando como prova o fato de que um diretor ligado ao Coronel Nunes, que ele não quis dizer quem é, o diretor chegou e disse: *“Olhe, o clube tal tinha três votos e dividiu o voto para não se incomodar, votou um em cada um”*. Então, ele cita isso como uma evidência, na opinião dele, de que o Coronel Nunes sabia quem tinha votado em quem. Nós tentamos contato com o Coronel Nunes, na ocasião da reportagem, mas nós não obtivemos êxito. O Luiz Omar Pinheiro, candidato de oposição, ele reclama também de que não havia, no Pará, uma comissão eleitoral para que ele pudesse prestar esse tipo de reclamação, impugnar ou registrar a chapa.

Do caso do Espírito Santo, a gente já falou. Do caso do Distrito Federal, o Eduardo...

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - A gente pode perceber que em muitos Estados do Brasil essa repetição de denúncias, de problemas, de irregularidades nas eleições, quando há eleição, em alguns locais, em alguns Estados nem eleição tem, principalmente por causa da dificuldade do estatuto de cada federação.

Aqui, no Distrito Federal, tivemos uma eleição muito polêmica em 2012. O Presidente Fábio Simão foi afastado pela Justiça por irregularidades administrativas e apoiou o candidato Josafá Dantas, que disputou a eleição contra o empresário Eduardo Pedrosa. O Josafá venceu a eleição por 77 a 72. A vitória dele foi definida por um voto que acabou sendo impugnado, foi o voto do Legião Futebol Clube, que tinha peso 8. Ele votou em Pedrosa, esse voto foi impugnado, e Josafá Dantas acabou vencendo a eleição.

O Presidente do Legião nos mostrou, nos enviou a procuração para que o representante dele votasse, como votou. Essa procuração foi entregue no dia da votação e não foi aceita pela Federação do Distrito Federal. O que foi alegado?



Procuramos a Federação, que disse que a procuração teria que ser entregue em mãos e não por fax, como foi enviada. Isso acabou determinando a vitória de Josafá Dantas em mais uma denúncia de irregularidade em eleição em federações pelo Brasil.

Eu vou entrar agora aqui na parte dos repasses da CBF para as federações.

Essa série de reportagens foi veiculada em 2015. Então, pegamos o ano de 2014 como base, que era o último ano, que tinha o balanço patrimonial da CBF e de todas as federações disponível no *site* da CBF.

Durante o ano de 2014, a CBF repassou para as federações... Bom, primeiro, cada presidente de federação tem direito a um salário, que é pago pela CBF, que no ano de 2014 foi de 15 mil reais por mês, para cada presidente de federação.

A CBF repassou, em 2014, para as federações um total de 31 milhões de reais. Trinta e um milhões de reais. Para efeito de comparação, a federação alemã investiu, nos últimos 10 anos, o equivalente a 105 milhões de reais no desenvolvimento do futebol alemão. Lá, com essa verba, eles construíram mil minicampos de futebol que atendem a 20 mil crianças, com professores pagos — com essa verba da federação alemã —, e mais 387 campos oficiais para 14 mil adolescentes. Verba para o desenvolvimento do futebol. Isso em 10 anos, o que dá uma média de 10 milhões de reais por ano. Em 1 ano, a CBF distribuiu para as federações 31 milhões de reais.

Nesse período em que a federação alemã construiu mil minicampos de futebol atendendo a 20 mil crianças e 387 campos oficiais para 14 mil adolescentes, a CBF reformou três campos, apenas três campos. Todos na Granja Comary, que é o local de treinos da seleção brasileira antes da Copa do Mundo. Na Alemanha, mil minicampos de futebol, pequenos campos, que atendem a 20 mil crianças, e mais os professores que atendem às crianças, que são pagos com essa verba da federação alemã, e 387 campos oficiais para 14 mil adolescentes. Será que isso não ajuda a explicar o 7 a 1 também da Copa do Mundo de 2014?

Na Alemanha, há uma política de verba da federação alemã para o desenvolvimento do futebol. E aqui, ao que parece, nós temos uma política de distribuição de dinheiro para manutenção no poder.



Nós fizemos uma análise, com cuidado, de todos os balanços patrimoniais de todas as 27 federações durante o ano de 2014. Por exemplo, eu vou citar aqui alguns Estados. Oito federações têm mais de 50% da sua receita garantida por repasses da CBF. No Amapá, no ano de 2014, a receita da federação foi de 768 mil reais, e está lá no balanço patrimonial. O repasse da CBF, e está lá no balanço, foi de 750 mil reais, o que corresponde a 97% da receita da federação do Amapá. No Piauí, 80%; Acre, 64%; Rondônia, 63%; Tocantins, 56%; Amazonas, 56%; Sergipe, 55%; Maranhão, 55%. Então, mais da metade da receita das federações vem de repasses da CBF.

Eu acho que há um claro comprometimento desses presidentes de federações no momento da votação para Presidente da CBF. É isso que estamos querendo discutir, não a questão do repasse. Acho que o repasse, se ele for bem utilizado, se a verba for bem utilizada pela federação, se tiver uma prestação de contas adequada e que realmente seja utilizada para o desenvolvimento do futebol em cada Estado, tudo bem. Mas acho que há um grande comprometimento dos presidentes de federações no momento da votação para Presidente da CBF. Eu acho que essa questão precisa ser discutida, porque falta independência na hora de votar.

O que nós tínhamos até a última eleição para Presidente da CBF? Quarenta e sete votos. São 27 votos dos presidentes de federações e 20 votos dos presidentes de clubes da Série A do Campeonato Brasileiro. Agora mudou, acabou-se criando uma regra em que se tira um pouco o peso do voto dos presidentes de federações. Os clubes da Série B do Campeonato Brasileiro — e são mais 20 votos — vão votar também na eleição de 2019. Então, nós vamos ter 27 votos de federações, 20 votos de clubes da Série A e 20 votos de clubes da Série B.

Ocorre que tem essa cláusula que foi citada pelo Rodrigo Oliveira, que dá para ser chamada de cláusula de barreira. Para um candidato registrar a sua candidatura, ele tem que ter oito assinaturas de presidentes de federações e cinco assinaturas de presidentes de clubes da Série A. Vamos supor que o Zico, que é um nome histórico do futebol brasileiro, queira ser candidato a Presidente da CBF. Ele não vai conseguir. Aliás, nenhum candidato, nenhuma pessoa ligada ao futebol vai



conseguir ser candidata tendo que reunir oito assinaturas de presidentes de federações. Acho que isso está muito claro.

Eu acho que, pelo menos com essa matéria, com esse trabalho que a gente está tentando criar, há um clima para mudar esse sistema, essa forma de administrar o futebol brasileiro. Não há nenhuma irregularidade na questão do repasse, mas o grande problema está na independência na hora de votar. E é justamente por isso que a gente tem, há 26 anos — e vão se completar 30 anos —, o mesmo grupo político comandando a CBF.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Permita-me rapidamente dizer que achei interessante esse exemplo do Zico que você citou. Mais do que isso, além de o Zico não conseguir ser candidato se, por exemplo, na próxima eleição o atual Presidente Marco Polo Del Nero se candidatar à reeleição e, numa hipótese, o Zico, nome histórico do futebol, lançar também a sua candidatura, ele vai às federações e aos clubes pedir a subscrição, a assinatura que o autoriza a lançar a chapa. Ele não só não vai conseguir, como a federação vai ter que escolher se assina a chapa do Zico ou se assina a chapa do Dr. Marco Polo Del Nero. Não é possível, por exemplo, que o presidente da federação assine as duas chapas — e pelo estatuto isso não é permitido —, possibilitando que o Zico lance o seu nome e concorra com o Dr. Marco Polo.

É preciso fazer um debate democrático, com críticas e sugestões, com ampla divulgação, e que se escolha, numa eleição correta, ampla e aberta, quem tem a melhor proposta.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é esse o debate que a gente está tentando trazer, com o objetivo, e acho que é comum a todos aqui, de melhorar a estrutura da administração do futebol brasileiro.

Acho que esse trabalho tentou contribuir para isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Bem, a primeira coisa é dar um bom-dia aos senhores e agradecer ao Deputado João Derly, que abriu esta sessão, enquanto eu fazia outros trabalhos aqui na Câmara dos Deputados que eram necessários na manhã de hoje.



Agradeço aos Srs. Rodrigo Martins de Oliveira e Eduardo Vieira Gabardo, que são repórteres do jornal *Zero Hora*. Muito obrigado aos senhores.

A respeito do tema *Coronéis do Futebol*, esses coronéis têm nome, Eduardo e Rodrigo?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Alguns têm.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Não é preconceito com Major, não é?  
(Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito antes, pelo contrário, Major Olímpio. Mas todo Major, na reforma, vai pelo menos a Tenente-Coronel. E todo Tenente-Coronel é chamado de Coronel e bate-se continência para ele.

Eu quero saber se o futebol brasileiro, na verdade, bate continência para esses coronéis.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Alguns exemplos que foram citados aqui, o Rodrigo citou alguns episódios de eleições que claramente tiveram problemas. Citamos aqui que, em Roraima, por exemplo, é o mesmo Presidente da Federação de Roraima há 41 anos, o Presidente Zeca Xaud. Em Mato Grosso, 34 anos, o Presidente Carlos Orione. Em Santa Catarina, Delfim Peixoto há 30 anos como Presidente.

Na minha visão, o grande problema é a falta da possibilidade, através dos estatutos das federações, de um candidato de oposição apresentar a sua candidatura e fazer o debate para tentar melhorar o futebol no Estado. O Rodrigo apresentou alguns exemplos, como a que a questão do estatuto impede que exista o debate em cada Estado. Para mim, esse é o grande problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Na verdade, então, existe uma “determinação” — entre aspas —, para que não se mude?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Seria algo ditatorial, vamos colocar assim.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Exatamente. Eu acho que sim. Eu acho que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Seria isso, Rodrigo?



**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Seria isso. E, quanto aos nomes dos coronéis, Presidente, o título *Os Coronéis do Futebol*, apesar de podermos, sim, nomear sem problema algumas pessoas que estão há muito tempo no poder em um sistema de continuísmo e de perpetuação que inviabiliza o surgimento de opositores, escolhemos o termo coronéis, principalmente porque ele simboliza o sistema de coronelismo que existe nas relações entre a CBF e federações.

Eu citei na nossa manifestação inicial que a estrutura de poder, a estrutura de relações entre CBF e federações se assemelha muito ao tempo das oligarquias, ao tempo do coronelismo, um sistema em que não existe a independência, não existe a transparência para que pessoas que eventualmente tenham as suas propostas para poder mudar apresentem as suas propostas. E, repito, não estou defendendo que quem está na oposição tenha de assumir o poder porque tudo está errado e tem que entrar quem está depositor e está reclamando.

Eu entendo que seria mais saudável para o futebol brasileiro que esses opositores tenham pelo menos a oportunidade de apresentar propostas e de participar do processo eleitoral, como o que ocorre nas eleições para o Executivo, nas cidades, nos Estados e na República, uma eleição em que exista um debate e que quem está na oposição questione o que está errado e quem está na situação defenda o que está certo.

Com esse debate amplo, que o colégio eleitoral, que os eleitores decidam. Vou votar em quem está na situação, porque está fazendo um bom trabalho, ou vou votar na oposição, porque quem está na situação está fazendo um trabalho ruim, e as propostas da oposição são melhores.

Isso não existe neste momento no futebol brasileiro, porque quem tem propostas não tem sequer a oportunidade de apresentar essas propostas para mudar, porque o sistema de coronelismo é justamente este, Presidente: que não se mude.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - E é um sistema de continuidade, porque começa com os votos dos presidentes de clubes em presidentes de federações, e os presidentes de federações votando em presidente da CBF, com as mesmas práticas e a repetição desse tempo de poder na CBF e em federações, que



variam de 30 anos a 40 anos com os mesmos presidentes no comando do futebol brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Como os senhores veem nomes de brasileiros aparecendo em investigações na Suíça e nos Estados Unidos, envolvendo o futebol nacional?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Vou começar com o José Maria Marin, que segue em Nova York, agora em prisão domiciliar. Depois, continuamos com o Marco Polo Del Nero. E, na semana passada, Walter Feldman, Secretário-Geral da CBF, esteve aqui e chegou a admitir que o Marco Polo Del Nero não viaja, não sai do Brasil justamente pelo temor de ser preso.

Eu acho que esse é o retrato da administração do futebol brasileiro. Eu acho que tudo o que falamos e citamos aqui sobre esses problemas que temos em federações, tudo isso é o ponto de partida para chegarmos lá ao final. E lá ao final significa chegarmos a José Maria Marin e Marco Polo Del Nero, porque eles, juntamente com Ricardo Teixeira, são os responsáveis por montar esse sistema de perpetuação no poder, com esses repasses citados aqui, com salários pagos para presidentes de federações. Então, eles armaram o sistema para que pudessem até hoje ficar no poder — e eles vão completar 30 anos do poder.

Eu acho, Presidente, que somente com essa investigação feita pelo FBI é que a gente poderá ter uma esperança de, aqui no Brasil, haver a quebra dessa continuidade. E eu acho que esta CPI é extremamente importante para a gente trazer esse debate, para, quem sabe, conseguir modificar essa estrutura, conseguir modificar essa maneira de se eleger presidentes de federações, ou, no caso, de presidente da CBF. Eu acho que esta é uma grande oportunidade que a gente tem para fazer esse debate.

Eu acho que é urgente uma reforma na questão do estatuto da CBF. A gente não pode mais ter essa cláusula que impede a possibilidade de uma pessoa se apresentar e ser candidato a presidente da CBF.

Então, eu acho que essa investigação feita pelo FBI está nos dando a oportunidade de, aqui no Brasil, fazer esse debate e ter a esperança de conseguir mudar isso.



**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Eu acho, Presidente, que o FBI, quando efetuou essas prisões, atacou o topo da pirâmide, e a nossa reportagem trata da base dessa pirâmide, que é a forma como essas pessoas conseguem ficar tanto tempo no poder. Eu não tenho a menor dúvida de que existem tantos dirigentes brasileiros que estejam presos, como no caso do ex-Presidente José Maria Marin, ou envolvidos em denúncias de corrupção, como o ex-Presidente Ricardo Teixeira. Isso ocorre porque, durante muito tempo, o comando da CBF, a gestão da CBF, foi uma grande caixa-preta. Quando eu digo caixa-preta, eu me refiro ao fato de nós não sabermos o que está dentro dela.

O Presidente Ricardo Teixeira foi eleito em 1989. Desde então, foi reeleito sucessivas vezes por aclamação, nunca houve a oportunidade de uma candidatura de oposição. O Presidente Ricardo Teixeira só saiu por conta de denúncias de corrupção e entrou o Presidente José Maria Marin, que, por sua vez, está preso. O motivo: denúncia de corrupção. O atual Presidente Marco Polo del Nero não viaja para fora do Brasil por receio de ser preso. Se houvesse eleições da forma como eu citei antes, com debate, com oposição, com propostas, com questionamentos, esse grupo conseguiria ficar tanto tempo no poder, com uma caixa-preta? Eles, com essa caixa-preta, conseguiriam ficar no comando tanto tempo sem que nós soubéssemos o que está sendo feito? Eu pergunto: se o futebol brasileiro tem tantos problemas — problemas notórios — por que Ricardo Teixeira, José Maria Marin e Marco Polo del Nero sempre foram eleitos por aclamação? Porque eles sempre tiveram um colégio eleitoral situacionista; e esse colégio eleitoral corresponde predominantemente às federações estaduais de futebol, e, repito, é a base dessa pirâmide que está na matéria.

O FBI, Presidente, está atuando no topo. Creio que nós — e eu me refiro a nós como sociedade —, nós que queremos um futebol brasileiro melhor, mais justo, mais transparente, e tanto nós da imprensa esportiva, como as pessoas que militam nos clubes de futebol ou nas entidades que militam no esporte, como também o poder público, os Srs. Deputados, e todos nós que pertencemos à sociedade, nós podemos, sim, atuar na base da pirâmide para ter um futebol mais transparente, um futebol melhor.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Os senhores, enquanto jornalistas, recebem denúncias palpáveis a respeito dessa caixa-preta do futebol brasileiro? Os senhores têm isso? E vou explicar por que eu estou fazendo essa pergunta: eu sou colega dos senhores, eu também sou jornalista e sou da área investigativa. Muitas vezes, numa redação, a pessoa recebe aquilo que a polícia não recebe: informações, documentos, indícios. Isso chega até vocês na redação do *Zero Hora*?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Vamos citar alguns aqui, não é, Rodrigo?

Primeiro, recebemos uma procuração, no caso da eleição do Distrito Federal, a procuração do Legião, que foi impedido de votar; o Presidente repassou uma procuração para o seu representante votar, e esta procuração não foi aceita pela Federação do Distrito Federal, e com isso o Presidente Josafá Dantas acabou vencendo a eleição.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Se a procuração do Legião fosse aceita, o resultado teria sido outro. O Josafá Dantas foi eleito por 77 votos a 72, derrotou o empresário Eduardo Pedrosa. Como o Legião tinha peso oito, pelos critérios do Estatuto da Federação Brasiliense de Futebol, se o voto do Legião tivesse sido aceito, o resultado teria sido outro. O Legião apresenta procuração, e não entende por que não foi aceita.

Durante a reportagem, nós entramos em contato com a Federação Brasiliense de Futebol, e num comunicado nos foi dito que o voto do Legião foi impugnado, porque só seria aceito o voto do Presidente, Ítalo Nardelli, na ocasião, e eles enviaram o representante Emanuel Teixeira.

Os representantes do Legião questionam a impugnação, porque outros clubes votaram não através do seu presidente, votaram também através de alguém que estava com uma procuração. Citam o exemplo do Brasiliense, que foi representado pelo ex-Senador Luiz Estevão, que não é o Presidente do Brasiliense. A Federação Brasiliense de Futebol entende que a procuração do Brasiliense que dava ao ex-Senador Luiz Estevão o direito de votar valia e a do representante do Legião não.

Esse é um dos pontos.



**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Há uma série de denúncias. Em 30 ou 40 entrevistas, dirigentes de futebol dizem claramente onde eles encontraram dificuldades, problemas em estatutos, onde eles se sentiram prejudicados.

Nessas entrevistas — são várias, e eu trouxe algumas, Sr. Presidente —, tivemos como objetivo principal abrir o debate sobre essa repetição de problemas. São os mesmos problemas em diversas federações, em diversos Estados. Há 10, 15, 20 Estados com os mesmos problemas no momento da eleição para presidente da federação.

Quando começou a repetição, nós nos preocupamos: *“O que está acontecendo? Como é que em todos os Estados está acontecendo a mesma coisa?”*

São diversas entrevistas que o Rodrigo apresentou de candidatos a presidente de federação, de presidentes de clubes importantes do futebol brasileiro, fazendo denúncias.

Quando acontece o mesmo problema em mais de um Estado — e não são dois, não são três, não são quatro; são dez, são quinze, são vinte —, acho que temos que nos preocupar um pouco. Temos que dar uma olhada com calma nisso.

Esse é um dos pontos importantes da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Vou passar a palavra ao autor do requerimento, o Deputado João Derly, e ao Deputado Major Olímpio, membro da Comissão que se faz presente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Fiquem à vontade.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Obrigado, Deputado Major Olímpio.

Quero cumprimentar os nossos convidados, Eduardo Gabardo e Rodrigo Oliveira, meus conterrâneos. É uma satisfação tê-los aqui.

Na época em que estávamos propondo a CPI e logo depois, com a matéria dos dois, nós pudemos ver que a matéria é muito pertinente ao tema da nossa CPI, o que ficou confirmado na explanação deles e até nos áudios. Os coronéis do futebol evidenciam muito um problema que nós vivemos hoje aqui.

Eu gostaria de ressaltar o livre exercício da imprensa numa sociedade democrática. Nós já recebemos nesta Comissão o correspondente internacional



Jamil Chade, hoje recebemos esses grandes nomes do jornalismo gaúcho e mais à frente com certeza receberemos muitos outros.

Quero parabenizar os dois pelas reportagens. Houve uma repercussão muito grande desse trabalho rico em detalhes, minucioso, que surpreende aqueles que têm paixão por futebol, acompanham seus times, gostam de fato de futebol, mas não conhecem a realidade do nosso futebol e como funcionam as estruturas de poder do nosso futebol.

Esse trabalho escancara a situação de hoje. Uma pergunta do Eduardo Gabardo foi: *“Isso não é reflexo do 7 a 1?”* Não é reflexo disso. Eu muitas vezes fiz manifestações mostrando que hoje a realidade do nosso futebol no campo reflete muito a nossa gestão.

Então, eu sou da opinião de que o futebol não é apartado da sociedade. Pelo contrário, ele reflete o que somos socialmente. A violência nos estádios reflete a violência que vivemos nas ruas. Quanto à corrupção, nós vemos, em contratos envolvendo eventos e patrocínios, o pagamento de propina.

Enfim, há a Operação Lava-Jato, a Operação Zelotes, tantas outras operações em que nós vemos um esquema de corrupção. Então, é quase um espelho hoje a realidade do futebol.

Então, há 28 anos, promulgamos a Constituição Cidadã, em 1988, colocando fim a uma era sombria de ditadura no nosso País. Conquistamos pelo menos o direito de votar e eleger diretamente nossos representantes. Nesse período, a nossa democracia vem se aperfeiçoando em todos os níveis e esferas, não só no poder público, mas também nas relações privadas. E as estruturas políticas, sociais e econômicas do País são do século XXI. Até mesmo as entidades esportivas de outras modalidades tiveram que se adaptar às regras de transparência, de democracia e controle social, que é o art. 18-A da Lei Pelé.

No entanto, a reportagem traz à tona algo muito importante: as estruturas de poder do futebol são arcaicas, com práticas do tempo da República Velha, de um século atrás. E esse título cai bem, *Coronéis do Futebol*, com a perpetuação no poder. Em dez federações estaduais, os presidentes já estão há pelo menos 20 anos no cargo. Foi o que nos trouxeram. Há o apoio dos votos das ligas amadoras, Pelo que percebi nos áudios, a grande maioria reclamava justamente do problema



do clientelismo, de denúncia de presentes, favores, dinheiro, enfim, e estatutos são manipulados para favorecer os grupos de situação.

A CBF faz repasse mensal para as federações. No entanto, em muitas, não há prestação de contas. Esse ponto eu acho que é importante nós frisarmos, e eu gostaria de ouvir os senhores. O que é feito com esse dinheiro? Esse dinheiro não chega aos clubes?

Então, vemos aqui o comparativo. Em 1 ano, o Brasil investiu 31 milhões da CBF. Correto?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Os repasses da CBF para as Federações, em 2014, foram de 31 milhões de reais, durante o ano de 2014.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Três campos foram reformados.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Três campos reformados, da Granja Comary.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - A Alemanha tem mil minicampos.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Sim, para crianças.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Dá investimento aos professores, na formação, e tem mais de trezentos campos oficiais.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Com os 105 milhões de reais dos últimos 10 anos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Cento e cinco milhões de reais.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - É uma média de 10 milhões de reais por ano, enquanto a CBF, em 2014, somente 2014, distribuiu 31 milhões de reais para as federações.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Então, nós temos aí os repasses financeiros. E qual é a destinação, então, dos repasses hoje? É para salário de presidente de federação?

Vou fazer algumas perguntas. Depois, vocês dão as respostas.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Claro.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Então, esses repasses financeiros para as federações são para quê? É para a garantia de reeleição, garantia do colegiado...



**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Só para acrescentar, Deputado, esse repasse é independente do salário que os presidentes de federações recebem da CBF. Então, tem o salário, de 15 mil reais por mês...

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Tem o salário à parte. De quanto é?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Quinze mil reais por mês, direto para cada presidente de federação. E tem o repasse que é destinado para a federação desenvolver o esporte no Estado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - E isso é igual para todos os Estados?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Varia um pouco de Estado para Estado. Há uma pequena variação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Vocês têm isso para nos passar?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Temos todos os números.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Depois, se puderem explicitar...

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Sim, claro.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - E pergunto o que pode ser feito, também, para acabar com a perpetuação no poder das entidades, se é mexer no colegiado... É claro que acrescentaram já vinte clubes da Série B. Se é acabar com a cláusula de barreira, de ter a obrigação de oito federações e cinco clubes. Eu até indaguei o Walter Feldman, na sua visita, perguntando isso. Tem uma proposta dos clubes da Primeira Liga de diminuir essa cláusula de barreira e, então, oportunizar a mais pessoas, e que venha o debate, e isso talvez seja uma alternativa.

E pergunto também quais as medidas que podemos levar, para que se tornem mais democráticas e transparentes as entidades?

Estamos discutindo aqui mecanismos de controle social na CBF. Qual a importância de mudar essa realidade que existe hoje para o futuro do futebol brasileiro?

Há um projeto de lei do Deputado Silvio Torres — infelizmente, isso aqui é uma correria e os Deputados se dividem em várias ações — que trata de tornar o futebol brasileiro um patrimônio público cultural. Qual é a importância de mudar essa realidade do futebol brasileiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Mais alguma pergunta?



**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Deixe-me ver. Fiz muita anotação aqui. Eu garanto que o Deputado Major Olimpio vai complementar bem.

Quero abordar a questão das doações eleitorais. De 2004 a 2008, tivemos 1 milhão e 300 mil reais em eleições. Já aprovamos aqui um requerimento para saber detalhadamente a movimentação na CBF em relação a financiamento de campanhas. Pelo visto, isso é uma prática comum. Tivemos notícias de *e-mails* de um Prefeito de uma cidade que pedia pagamento, sendo que a declaração da prestação de contas dele não chegava ao valor que ele estava pedindo de pagamento da CBF. Vocês têm algo a nos dizer sobre essa questão de doações eleitorais para políticos?

O Walter Feldman esteve aqui e desconhecia que existia uma máfia no futebol brasileiro. Ele acha que isso não existe. Creio que essa audiência é para esclarecer que o futebol brasileiro não tem nada de democrático nem de transparente. Isso se evidenciou bem com a matéria de vocês. Precisamos escancarar para o Brasil a lama e as práticas mafiosas que mantêm o futebol brasileiro como um grande negócio privado, obscuro, atrasado. Precisamos fazer as mudanças necessárias na legislação para acabar com esse tempo sombrio no nosso futebol.

Era isso. Obrigado.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Muito obrigado, Deputado João Derly.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu vou ter que me deslocar para outro evento. Eu gostaria de complementar algumas coisas para eles me responderem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Fique à vontade, Deputado Major Olimpio.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Em primeiro lugar, quero cumprimentá-los. Eu gostaria de agradecer pelo conhecimento compartilhado, pelo exercício de cidadania. Houve colegas dos senhores que foram convidados e se recusaram a comparecer e dar esse depoimento.

O Eduardo falou sobre o balanço patrimonial das Federações e constatou que, em 2014, havia 31 milhões de repasse. O Walter Feldman esteve aqui e eu o



questionei a respeito dos 600 milhões de receita da CBF por ano. Ele disse que 80% disso eram destinados às Federações, ao Futebol, ao futebol de base, enfim, a todos. Eu acho que há uma pequena diferença aí de 480 milhões para 31 milhões que está chegando à ponta da linha.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - O balanço de 2014 apresenta o número de 31 milhões.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Você chegou a fazer alguma avaliação sobre o balanço patrimonial da CBF?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Ficamos um pouco mais restritos na questão dos repasses da CBF para as Federações justamente por causa dessa questão da permanência do poder. Entendemos que é uma prática para ganhar voto. Parece ser uma situação clara. A CBF repassa esse dinheiro para as Federações para comprometer os Presidentes das Federações no momento da eleição.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, eu acho que eles anteciparam o resultado das eleições de 2019. Se essa CPI não produzir efeitos... Embora venha o Feldman e diga que é uma empresa 100% privada, sem recursos públicos, os patrocínios, tudo que está envolvendo o futebol têm recursos públicos, sim.

Acho que uma das conclusões do resultado desta CPI é a produção de legislação efetiva que possa inibir o coronelismo de sertão que eles mostraram. É impossível tirar essa máfia do futebol, que é até o nome dado a essa CPI.

Agradeço aos dois. Amanhã, eles vão tomar bordoadas como nós, porque a resposta da CBF, quando o Jamil Chade esteve aqui, foi a seguinte: *“É repórter que diz que parece que conhece as coisas, mas é curioso que joga palavras ao vento”*. Então vocês não jogaram palavras ao vento, como o Jamil também não jogou coisa nenhuma aqui.

Sr. Presidente, encareço que esses dados que eles expõem, com essa avaliação mais do que madura, sejam repassados a esta Casa.

Coloco isso em aberto para vocês. Quais sugestões vocês dariam a esta CPI? Queremos chegar a esses bandidos. Eles, que têm esse poder de manipulação sobre o dinheiro, manipulam, sim, o futebol. Isso também está



incrustado dentro da política, aqui na Câmara e no Senado, tanto que, dependendo do requerimento, há um pula-pula danado para não votá-lo. Acho que esta CPI está começando a andar no caminho certo. Neste momento, nós precisamos aprender de trás para frente, como um deles colocou.

É fundamental mudar esse negócio do resultado das eleições de 2019 e da cláusula de barreira. Se conseguirmos mudar isso, nós conseguiremos mudar a história da dilapidação e da destruição do futebol brasileiro.

Vou precisar me ausentar. Fiz questão de estar presente, porque eu tinha certeza de que as informações seriam corajosas e valiosas. Peço que vocês continuem em contato com esta CPI para nos orientar, porque nós tentamos buscar informações com substância, mas não temos a profundidade de quem está no dia a dia da atividade. Parabéns a vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Eu quero agradecer muito ao Deputado Major Olimpio. V.Exa. fez uma pergunta que eu vou repassar aos dois convidados. Os senhores teriam documentos para repassar, de maneira oficial, a esta CPI?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Sim, sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Na verdade, é desejo do Deputado Major Olimpio que esses documentos sejam entregues a esta CPI.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever esse pedido do Deputado. Eu tinha separado essa solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Os senhores possuem essa documentação? Podem repassá-la, de maneira oficial, a esta CPI?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Claro. Sim, sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Portanto, Deputado Major Olimpio, o seu questionamento acaba de ser respondido pelo Sr. Eduardo Vieira Gabardo.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sugestão para esta CPI: uma lanterna. Ajudem-nos a buscar o covil do ladrão.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Acho que o senhor tocou num ponto fundamental, que é a cláusula de barreira. Acho isso fundamental para 2019. Acho que é o ponto de partida.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Vou fazer uma pergunta aos convidados. Qual é a solução para o futebol brasileiro? A Seleção Canarinho foi a mais famosa de todo o mundo. A Seleção Brasileira foi a mais conhecida, a mais aplaudida, a mais premiada, a mais respeitada, a mais elogiada, foi a que ganhou tudo em todo o mundo. De repente, temos uma situação diferente no futebol, assim como a situação econômica, social e política do País, porque as coisas mudaram nos últimos anos. A pergunta que faço é exatamente esta: qual é a melhor saída para o futebol brasileiro? Os senhores têm uma resposta para isso. Existe luz no fim do túnel? Ou será uma moto vindo de lá para cá?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Eu acho que há solução, Presidente. Aproveito para responder a pergunta do Deputado João Derly sobre os repasses da CBF. Acho que parte da solução dos problemas do futebol brasileiro pode estar nesse ponto. Acho que ajudaria muito se esse dinheiro da CBF fosse bem utilizado.

Citei o exemplo da Alemanha e vou repeti-lo, porque é extremamente importante. Acho que essa informação é um ponto fundamental. Buscamos essa informação na federação alemã. Foram construídos 1.387 campos de futebol nos últimos 10 anos. A CBF construiu três. Como vamos formar jogadores? Parece-me que a verba da federação alemã está sendo mais bem utilizada do que a verba da CBF na formação de jogadores, no desenvolvimento do futebol. Acho que isso explica um pouco os 7 a 1 que levamos na Copa do Mundo de 2014. Acho que explica bastante.

O Deputado João Derly perguntou sobre prestação de contas. Nós nos detivemos bastante nos números. Olhamos balanço por balanço de cada uma das 27 federações para ver o que está sendo feito com essa verba destinada pela CBF. Há federações aqui, Sr. Presidente, que têm 97% da sua receita repassada pela CBF, ou seja, 97% da receita de uma federação, por exemplo, no caso do Amapá, vêm de repasses da CBF.

Oito Federações têm mais de 50% da sua receita garantida por repasses da CBF. Primeiro ponto: eu acho que eles perdem independência no momento da votação para Presidente da CBF, mas, tudo bem! Agora, nós estamos falando como esse dinheiro está sendo utilizado.



Nós olhamos o balanço, mas não temos absolutamente nenhuma prova de que o dinheiro esteja sendo utilizado de maneira errada. Em muitos balanços, na explicação oficial que nós temos à disposição, aparecem rubricas, como despesas gerais, pagamento de luz, pagamento de água, pagamento de funcionários da federação, etc. Eu, como uma pessoa que adora o futebol e que quer, como todos aqui, ver o desenvolvimento do futebol brasileiro, gostaria que essas federações fossem claras, que esse assunto fosse tratado de maneira escancarada.

Vamos pegar aqui a Federação do Acre, que recebeu 1 milhão e 800 mil reais da CBF durante o ano de 2014 — 64% da sua receita. *“Utilizamos 1 milhão e 800 mil reais na construção de um campo; pagamos professores para ensinar, em escolinhas, futebol às crianças; repassamos a verba para um clube para ajudar nas categorias de base...”* Eu gostaria que isso fosse dito de forma clara, para que todos tivessem acesso a isso.

Se isso fosse mais transparente, eu acho que nós poderíamos ter certeza de que esse dinheiro está sendo bem utilizado.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Respondendo, Presidente, às questões encaminhadas...

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - E acho, só para completar, Rodrigo, que isso ajudaria muito na superação das dificuldades que o futebol brasileiro tem enfrentado hoje. Eu acho que, se a verba fosse bem utilizada, nós poderíamos ter um desenvolvimento muito maior do futebol brasileiro, com muito mais jogadores sendo aproveitados.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Presidente, eu anotei aqui as questões encaminhadas pelos Deputados João Derly e Major Olimpio. Gostaria de respondê-las, complementando o que disse o meu colega, Eduardo Gabardo.

O Deputado João Derly questionou sobre as doações eleitorais, e eu acho que é importante citar as doações que são declaradas nas campanhas dos candidatos. Nós examinamos o *site* do Tribunal Superior Eleitoral e constatamos para quem a CBF doou dinheiro de forma legal — é importante frisar. E nos questionamos qual seria o interesse.

Vejam os dados de 2004 a 2008.



O Vice-Presidente da CBF, Deputado Federal Marcus Vicente, do PP do Espírito Santo, em 2006, recebeu uma doação de 100 mil reais da CBF. O ex-Senador Leomar Quintanilha, que hoje preside a Federação de Futebol do Tocantins e foi candidato ao Governo do Estado de Tocantins em 2006 pelo PCdoB — hoje ele está no PMDB —, na ocasião recebeu uma doação da CBF de 50 mil reais. O Presidente da Federação de Futebol do Amapá, Deputado Federal Roberto Góes, membro desta Comissão, foi eleito Prefeito de Macapá, na eleição para a Prefeitura de Macapá, em 2008, ele recebeu uma doação de 100 mil reais da CBF também.

A CBF também fez doações para a ex-Governadora do Maranhão Roseana Sarney, 100 mil reais em 2006; para o cunhado dela, Ricardo Murad, que ganhou 100 mil reais, também de doação, quando foi candidato a Prefeito de São Luís em 2004; para Fernando Sarney, atual Vice-Presidente da CBF, irmão da ex-Governadora Roseana Sarney, que recebeu também doação; para o Deputado Federal gaúcho Darcísio Perondi, do PMDB, irmão do ex-Presidente da Federação Gaúcha de Futebol Emídio Perondi, que recebeu uma doação, em 2006, de 100 mil reais.

Para essa mesma eleição, o Governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB, recebeu 50 mil reais; e o Presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, sócio do Deputado Federal Vicente Candido, do PT de São Paulo, num escritório de advocacia — pelo menos era sócio até então... A empresa de ambos fez uma doação de 100 mil reais para a campanha do Deputado Vicente Candido nas eleições de 2014.

Respondendo objetivamente à pergunta do Deputado João Derly, são essas as doações eleitorais declaradas, feitas em nome da CBF, para os referidos candidatos.

Respondendo à questão sobre para onde vai o dinheiro, complementando o que disse o meu colega Eduardo Gabardo, é importante dizer que as entidades filiadas, em cada federação e também na CBF, que aprovam ou reprovam a prestação de contas... O mesmo grupo de filiados que vota é o grupo que vota a prestação de contas. Então, se nós chegarmos à conclusão de que os processos eleitorais das entidades são viciados, por dedução, chegaremos à conclusão de que a votação da prestação de contas também é. E não estou dizendo que as contas



aprovadas não deveriam ser... Não estou dizendo isso, mas digo que o Colégio Eleitoral que vota na eleição é o mesmo que vota a prestação de contas. Isso tem que ser objeto de análise quando nós discutimos este assunto: o destino do dinheiro.

Terceiro ponto: sugestões, o que deve ser feito e o futuro do futebol brasileiro. Eu acho importante que nós não atrelemos o resultado das medidas que forem tomadas ao resultado imediato de campo. A Seleção da Alemanha foi campeã, foi tetracampeã na Copa 2014, mas esse trabalho relatado pelo Gabardo há pouco, de construção de campo e de alto investimento, começou 10 anos atrás.

Então, seria muito ilusório nós imaginarmos que, tomando as atitudes que nós achamos que são adequadas para o futebol brasileiro agora, a Seleção Brasileira vai conquistar o hexa na próxima copa — e nem eu acho que deva ser o objetivo principal. A federação da Alemanha investiu também no desenvolvimento do futebol, escolas para crianças, campos para crianças. Isso também tem que ser um objetivo.

Respondendo, objetivamente, à questão sobre sugestões para que se resolva esse problema, eu vou bater nessa tecla da cláusula de barreiras. Eu não consigo entender qual é o objetivo dessa cláusula de barreira. Por que uma entidade, para a eleição, só pode subscrever uma chapa? Eu não consigo entender qual é o sentido disso.

Vou repetir o exemplo que eu trouxe antes. Se o Zico lançar a sua candidatura para a Presidência da CBF em 2019 e o atual Presidente, Marco Polo Del Nero, lançar a sua candidatura à reeleição, cada federação e cada clube pertencente ao Colégio Eleitoral da CBF vai ter que escolher: ou subscreve a assinatura do Zico ou subscreve a assinatura do Dr. Marco Polo Del Nero. Não é possível, pelo estatuto, assinar as duas candidaturas. O estatuto não permite isso.

Eu penso que seria muito saudável para o futebol brasileiro e para a democracia do futebol brasileiro que fosse permitida a duplicidade de subscrição de chapas, para que, no exemplo que eu citei, Zico e Marco Polo participassem de debates, com propostas, com questionamentos, até para que se entenda esse processo. É totalmente legítimo que a CBF tenha esse direito de defender a continuidade da sua gestão para o seu Colégio Eleitoral, mas que também haja o candidato de oposição — citei o Zico apenas como um exemplo —, e que ele possa, também, fazer questionamentos e propostas.



Não adianta, na minha opinião, cair a cláusula de barreira na CBF se ela não cair também nas federações estaduais, porque ocorre o mesmo. Nas federações estaduais, em todas elas também, existe essa cláusula de barreira. Cada uma tem um critério um pouco diferente, mas todas elas impedem a duplicidade.

Um exemplo hipotético. Na Federação Gaúcha de Futebol, se eu e o meu colega Eduardo Gabardo formos candidatos — não tenho essa pretensão, imagino que o Gabardo também não tenha...

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Também não.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Mas, para efeito de exemplo, vou explicar de forma didática: se nós formos pré-candidatos, nós vamos ter que ir aos clubes e dizer: *“Olhe, existe a nossa chapa aqui. Assina?”*. Aí o clube vai me dizer: *“Olhe, se eu assinar a sua eu não vou poder assinar a do Gabardo”*. Se o Gabardo está no poder, ele vai ter a isenção de escolher as propostas e optar por documentar a oposição, a gestão do Gabardo, antes de a eleição acontecer? Na minha opinião, não.

Essa cláusula de barreiras, na prática, acaba inviabilizando a oposição, porque ela faz com que quem eventualmente se negue a subscrever a chapa de situação e subscrever a chapa de oposição esteja, antes do pleito, documentando a sua oposição à CBF. Ou melhor, a sua oposição à situação, a sua oposição à federação. E, naturalmente, existe um receio, existe, notoriamente, um medo da entidade de fazer isso.

Nessa proposta que eu faço — se caísse essa cláusula de barreira ou se caísse essa exigência de que quem subscreve uma chapa não pode subscrever outra —, seria permitido que os clubes, com total tranquilidade, assinassem todas as chapas que eles entendessem que têm algo a contribuir com propostas. E aí haveria um debate, um processo eleitoral, como nós vimos na vida pública, como nós vimos na sociedade, nas eleições. E aí, sim, quem vota, as entidades que votam vão poder examinar as propostas e analisá-las.

Por fim, Sr. Presidente, ainda nessa questão do que pode ser feito, eu acredito que o fato de cada federação estadual ter um estatuto diferente é prejudicial. Por exemplo: a eleição para o Governo do Rio Grande do Sul segue um critério parecido ou igual ao da eleição para o Governo do Estado do Acre, do



Amapá, de São Paulo, do Rio de Janeiro. O critério — os Srs. Parlamentares podem até me corrigir —, o método da eleição para se candidatar é o mesmo. Enquanto que — vou pegar alguns exemplos — na federação do Rio Grande do Sul a exigência para se lançar uma chapa é a assinatura de, pelo menos, 20% das entidades filiadas; não pode uma entidade assinar duas chapas... Se eu obtiver a assinatura de 20%, os outros candidatos têm que ir aos outros 80%. Aí, por exemplo, no Espírito Santo, a cláusula é outra: tem que ser de pelo menos cinco da primeira divisão. No Amazonas, tem que ser de 20% de cada divisão e de entidades amadoras. Seria importante haver uma padronização de estatutos, para que os critérios fossem os mesmos.

E a minha última sugestão é quanto a um ponto levantado — não me recordo agora se foi pelo Deputado João Derly ou pelo Deputado Major Olimpio — a respeito de a CBF ser uma entidade privada. De fato, a CBF é uma entidade privada e, de fato, as federações estaduais são entidades privadas. Também é fato que a FIFA não permite intervenção de governos nas entidades privadas, nas federações e confederações, sob pena de exclusão do quadro. Aí eu acho que cabe o debate. Confesso que não tenho uma solução fácil, simples e pronta para isso. Até que ponto o fato de a CBF ser uma entidade privada dá a ela o direito de comandar todos os seus processos eleitorais num esporte que tem tanta participação pública como o futebol.

Eu relembro uma frase do nosso colega jornalista Andrew Jennings, premiado jornalista que investiga a fundo as questões da FIFA e que escreveu um livro lançado no Brasil com o nome de *Jogo Sujo*. Eu fiz uma entrevista com ele certa vez, e ele disse que o Brasil não pode ter medo da FIFA. As entidades brasileiras, o poder público, a Justiça, o Congresso brasileiro não podem ter receio de questionar a CBF por conta desse medo de a FIFA intervir na entidade e excluí-la das competições, porque o Brasil, a Argentina e outras federações poderosas têm um poder popular muito forte, e a FIFA não teria coragem de interferir, como não a teve coragem de fazê-lo na Argentina.

Na semana passada, houve uma intervenção, e até este momento a Argentina não está excluída da Copa América e nem o Boca Juniors está excluído da Copa Libertadores da América. Não vamos dizer: “*Tem que haver uma*



*intervenção federal na CBF...*” Não! Dizer isso dessa forma simples seria radical demais. Agora, dizer que a CBF, por ser entidade privada, pode fazer o que ela quiser eu também acho radical demais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Então seriam mecanismos de controle social...

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Possivelmente.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Eu acho, Deputado João Derly e Presidente, que o ponto de partida dessa série, dessa matéria, foi o dia 27 de maio de 2015, foi o dia em que oito Vice-Presidentes da FIFA foram presos em Zurique. O que eles estavam fazendo lá? Eles estavam todos no mesmo hotel, porque, depois, no dia 1º de junho de 2015, estava programada — e aconteceu — a eleição para Presidente da FIFA. Então, estava todo mundo lá.

No dia 27 de maio, oito Vice-Presidentes da FIFA foram presos. Três dias depois, Joseph Blatter ganhou a eleição para, novamente, ser Presidente da FIFA, com oito Vice-Presidentes dele presos 3 dias antes da eleição. Por que isso aconteceu? Porque a FIFA — e esse é um fator importantíssimo — faz o repasse, também faz um repasse milionário para as 209 federações de futebol espalhadas pelo planeta. Pega e dá 1 milhão de dólares para um pequeno país da África, para um pequeno país da Ásia, para um pequeno país da Oceania, que não têm nenhuma tradição no futebol. A FIFA faz isso. E, dessa maneira, desde 1974, quando João Havelange ganhou a primeira eleição, esse grupo político se mantinha no poder da FIFA.

Então, repetindo: três dias antes da eleição, em Zurique, na sede da FIFA, com oito Vice-Presidentes da entidade presos, Joseph Blatter ganhou a eleição. Ele só foi sair logo ali na frente por pressão dos patrocinadores, porque a situação ficou insustentável. Por uma pressão externa, ele teve que renunciar e foi feita uma nova eleição. Mas ele ganhou a eleição, com oito Vice-Presidentes presos. Aqui no Brasil, nós temos o mesmo grupo político no comando desde 1989.

Hoje, um ex-Presidente foi indiciado, um ex-Presidente está preso — prisão domiciliar em Nova York —, e o atual Presidente não sai do País por medo de ser preso. O senhor sabe o que vai acontecer em 2019, na próxima eleição? Com essa configuração política, com esse estatuto, eles vão ganhar a eleição de novo. Assim



como Joseph Blatter ganhou a eleição da FIFA com oito Vice-Presidentes presos 3 dias antes da eleição, esse grupo político que comanda a CBF vai ganhar a eleição de novo se não se mudar o estatuto. Quem Marco Polo Del Nero indicar para ser o seu candidato na eleição de 2019 talvez não terá nem adversário, porque, simplesmente, é praticamente impossível conseguir construir uma candidatura havendo a necessidade de se reunirem oito assinaturas de Presidentes de federações que recebem repasses milionários da CBF. Então, acho que, se não houver uma pressão externa para se mudar isso, esse grupo vai continuar no poder.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Sr. Presidente, faço uma correção só. Quando eu falava dos dados das doações eleitorais, a ex-Governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e o seu cunhado Ricardo Murad, ambos, ganharam 100 mil reais — doações declaradas. Fernando Sarney, irmão da ex-Governadora Roseana, é um dos Vice-Presidentes, mas ele não foi candidato, não houve doação eleitoral. Faço apenas uma retificação em relação ao que eu falei anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - O Deputado Chico está nos dando o prazer também com a sua presença nesta CPI. Tem alguma pergunta aos nossos convidados, Deputado Chico Alencar?

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Primeiro, as desculpas de sempre. Eu sou de um pequeno partido, o PSOL, e nós temos que nos desdobrar, assim como os Deputados da Rede. Então, eu já estive lá no Nereu Ramos. Na CCJ, eu fui para não ir, para ver se não dava quórum, porque há uma matéria cabeluda lá que nós não queríamos que fosse apreciada hoje. Agora, eu estava aqui na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, ouvindo as mulheres. Nós homens precisamos ouvi-las muito, sobretudo em assuntos que lhes dizem respeito, que nós não entendemos muito. *(Riso.)* E aqui eu acabei perdendo...

Parabenizo vocês pelo belo trabalho. Só li matérias sobre o livro e vejo, com muito ânimo, o trabalho de vocês, um jornalismo investigativo, sério. É curioso, porque todo mundo que, de alguma forma, tem maior ou menor vínculo com a CBF e que vem a esta CPI traça um quadro totalmente róseo, inclusive o Hawilla, aquele denunciante lá da Traffic. Ele foi considerado um doido, um louco, está vendo macaquinhos no sótão, tropel de cavalos no céu azul, sei lá. *(Riso.)* E vocês trazem um dado da realidade.



A minha pergunta é a seguinte: que modos e meios há... Porque eu considero que há dirigentes de futebol querendo mudar esse quadro, eles devem ser minoria. É um pouco como no mundo da política. Nem todo mundo está nos esquemas aí que a Lava-Jato investiga, embora muitos estejam, muitas organizações partidárias, inclusive. Que modos e meios há para nós, então, mudarmos o estatuto?

Porque são eleições com cartas marcadas. Esse grupo no poder vai se perpetuar. Se não houver saída... Aí vocês falaram: “*se não mudar o estatuto...*” O Eduardo falou isso agora... Como mudar os estatutos da CBF? Em que direção, em que sentido? Porque CPI não é para punir, principalmente, ou para... Ela investiga, inquire e apresenta, inclusive, propostas para a sociedade, para as instituições que ela, no seu trabalho, abordou. Nós queremos assumir aqui a possibilidade de ver, sugerir mudanças que democratizem e deem mais transparência ao futebol internacional, do qual o Brasil faz parte. O Brasil é um desses 209 filiados. É quase igual à ONU, em termos de abarcar, assim, o mundo.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO - É.**

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - A FIFA é até maior, porque ela tem mais filiados do que a ONU. Escócia, Irlanda do Norte, País de Gales, por exemplo, para a FIFA, representam um país diferente, cada um, enquanto que, para a ONU, o Reino Unido representa todos eles.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Pois é, olhe só!

Então, que modos e meios há para nós avançarmos nisso? E não nos iludamos — permitam-me a brincadeira — com os 7 a 1 a nosso favor, hein? (*Risos.*) Há até uma piadinha maldosa correndo por aí. Disseram que um... (*Riso.*) Eu sempre me lasco com essas brincadeiras, mas não vou dar nenhuma pista. Disseram que um dirigente do futebol falou: “*Ai, como é bom sentir o gosto de 7x1 a nosso favor contra um país que inicia com a letra A, de Haiti*”. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Ai de ti...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Ai de ti que não conhece o português.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Deputado Chico Alencar, acredito que a principal solução para a democratização do futebol brasileiro seja a mudança no estatuto.



Falamos aqui sobre principalmente a cláusula de barreira. Permitam-me V.Exas. bater de novo nessa tecla. Eu não considero justo que, para se lançar uma candidatura de oposição, o candidato tenha que ter um número X de subscrição de chapas. E essas entidades só possam apoiar uma. Ou seja, entre situação e oposição a entidade tem que escolher se autoriza a chapa da situação ou se autoriza a chapa da oposição. Isso cria um clima de receio e até de intimidação. Não sei até que ponto esta CPI ou o Congresso Nacional vão ter poderes e de que forma vão poder atuar para mudar os estatutos, mas creio que o debate tem que ser nesse sentido.

Ocorre-me um exemplo agora, Deputado Chico Alencar, de algo que ocorre na política partidária. Se isso fosse utilizado na CBF, o resultado seria muito mais democrático. Vou pegar alguns exemplos. O Presidente da federação lança... Vou pegar o exemplo da Federação do Amazonas, o primeiro que me veio à cabeça. Segundo o relato dos pré-candidatos, o Presidente Dissica Valério Tomaz, quando lançou a candidatura, já tinha o número mínimo de apoiadores necessários, já tinha 51 ou 61 ligas amadoras. Ou seja, se essas ligas assinaram a chapa do Presidente Dissica, elas estavam proibidas de assinar qualquer chapa de oposição. Ou seja, quando foi lançado o edital, a chapa do Presidente Dissica já estava eleita, a eleição por aclamação já estava garantida. Se essas entidades, essas ligas pudessem assinar a do Presidente Dissica e também a de outro candidato de oposição, seria feito um debate, uma eleição, um processo, em que os opositores iriam fazer críticas, sugestões, propostas. A situação poderia legitimamente defender a sua gestão e explicar por que seria justa a sua permanência no poder. Aí eu digo que esse é um exemplo da política partidária. Permita-me, Deputado Chico Alencar, pegar um exemplo... Vou citar esse exemplo apenas, porque foi V.Exa. que fez a pergunta. E poderia citar o exemplo de outro partido, tranquilamente.

No partido de V.Exa., no Rio de Janeiro, nas últimas eleições municipais, o seu colega Deputado Estadual do Rio, Marcelo Freixo, lançou candidatura à Prefeitura do Rio contra o atual Prefeito Eduardo Paes, e fizeram uma disputa. Ao que me consta, V.Exa. pode me corrigir, o Deputado Marcelo Freixo não chegou perto de ganhar, não teve uma votação apertada, não teve perto de ganhar a votação. Agora, ele teve a oportunidade de lançar sua chapa, de participar de



debates, de fazer suas críticas à gestão do Prefeito Eduardo Paes, e o Prefeito Eduardo Paes teve oportunidade de rebater essas críticas no horário eleitoral, nos debates nas emissoras de rádio e televisão, em todos os espaços. E aí foi possível ao eleitor ouvir as propostas do Deputado Marcelo Freixo, ouvir as propostas do Prefeito Eduardo Paes e decidir. E decidiram pela manutenção do Prefeito Eduardo Paes, de forma legítima.

E repito: estou citando o PMDB, pessoalmente, porque foi o exemplo que me ocorreu pela pergunta ter sido de V.Exa. Citei o partido de V.Exa., o Estado de V.Exa., mas, se isso ocorresse, se isso pudesse ocorrer nas federações estaduais do Brasil seria muito mais democrático. Por que o Presidente da Federação tem esse direito de lançar a sua chapa já com todas as assinaturas prontas, sendo que, quando o edital é lançado, a oposição não tem nem a condição de pegar assinaturas, porque as assinaturas já estão na sua maioria com a chapa da situação. Não é dada aos opositores a oportunidade de lançar sua chapa e participar de um processo em que possam questionar, propor, sugerir e ouvir respostas de modo que as entidades que fazem parte do Colégio Eleitoral decidam até por manter....

A CBF, por exemplo, nesse exemplo que citamos bastante, Presidente, se o Zico se candidatasse à eleição para Presidente da CBF, a federação teria que escolher: *“Eu assino a chapa do Zico ou assino a chapa do Dr. Marco Polo Del Nero?”*. Ele não pode assinar as duas. E as federações, pelas razões explicadas á nossa reportagem, vão sempre assinar a chapa de situação. Ou seja, o Estatuto não permite que exista uma oposição. Penso que isso seria muito saudável para o futebol brasileiro...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Na FIFA também.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Na FIFA também. Imagine, Deputado, se houvesse uma eleição, a CBF teria todo o direito, todo o poder legítimo de explicar num debate por que sua gestão é melhor e por que merece ter continuidade. É perfeitamente legítimo. Eu não acho — creio que o Gabardo também não acha — que tenhamos que tirar o grupo que está no comando da CBF à força. Não!



Eu acho apenas que seria justo que fosse dada oportunidade a quem está insatisfeito. Quem tiver propostas para melhorar o futebol, tanto nas federações quanto na CBF, que lance sua candidatura; e quem estiver no poder tenha o direito, a condição de explicar por que sua gestão é boa e por que merece continuidade. Os eleitores — no caso do futebol, as entidades, clubes e ligas — devem votar, sim, mas que haja eleição democrática.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Eu acho, Deputado Chico Alencar, que a CBF, nos últimos tempos, desde que estourou o escândalo da FIFA, se tornou um pouco mais aberta ao diálogo. Até agora, ela criou o Comitê de Reformas para tentar discutir algumas mudanças no comando da entidade, ela andou recebendo representantes do Bom Senso Futebol Clube. Diante do momento de dificuldades, a CBF se tornou um pouco mais flexível justamente por sentir o momento de dificuldade.

Houve essa mudança, com a possibilidade, agora, do voto também dos presidentes de clubes da Série B do campeonato brasileiro. Então, vão votar na próxima eleição 27 presidentes de federações, 20 presidentes de clubes da Série A e 20 presidentes de clubes da Série B. Aumentou um pouco o Colégio Eleitoral, mas ainda há a cláusula de barreira. Isso tem que mudar.

Sinceramente, por conta própria, a CBF não vai fazer isso. Acho eu, a não ser que a pressão externa, que é o que me parece, torne a situação insustentável para a CBF. Foi isso que derrubou a FIFA: a pressão externa. A situação do ex-Presidente Joseph Blatter ficou insustentável. Ele teve que renunciar, e uma nova eleição foi convocada. Hoje a FIFA tem um novo Presidente. Temos tempo, até 2019, que é a data da próxima eleição da CBF, para intensificar esse debate e fazer essa pressão. Acho que ninguém quer derrubar quem está no comando da CBF, mas o que estamos pedindo aqui, desejando, como todos gostam do futebol e têm o objetivo de melhorar a administração do futebol brasileiro, quem sabe, é uma eleição mais justa em 2019, o que não tivemos nos últimos anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Pergunto ao Srs. Deputados se há mais alguma pergunta aos nossos convidados? Deputado João Derly, V.Exa. tem mais alguma pergunta? V.Exa. é autor do requerimento desta CPI.



Na verdade, a CPI da Máfia do Futebol foi criada a partir de um requerimento de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Eu estou satisfeito. Eu acho que poderíamos abrir tempo para votarmos requerimentos, como, por exemplo, para trazermos do Pará o Coronel Nunes e o Luiz Omar Pinheiro. Acho que cabe uma discussão boa. Nós temos os áudios do Luiz Omar Pinheiro. Dá para ser feita uma delação forte, com câmeras de vigilância da votação e até com barreiras para mudança de voto dos seus eleitores. Talvez Alagoas, Tocantins...

Acho que depois podemos pegar um pouquinho mais do conteúdo da documentação dos jornalistas Rodrigo Oliveira e Eduardo Gabardo e escolher representantes de algumas federações para fazer esse debate, com os presidentes e as chapas de oposição, que trazem denúncias dessas federações. Eu acho que seria uma sugestão a ser apresentada. Se necessário, poderia apresentar esses requerimentos convidando essas federações para fazermos esse debate.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Presidente Laudívio, eu gostaria de fazer mais uma indagação ao Rodrigo e ao Eduardo. Vocês já analisaram alguma experiência da estrutura atual do nosso futebol, de federação estadual, de dirigentes de clubes com intenções democráticas, transparentes e práticas consequentes a isso? Bons exemplos, portanto? (*Riso.*)

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Deputado, lá no Rio Grande do Sul, o Presidente da Federação Gaúcha de Futebol abriu mão do salário que é pago pela CBF, 15 mil reais por mês para cada Presidente, e também do repasse feito à federação, o que varia de 1 milhão, 1,5 milhão, 1,8 milhão por ano. Lá no Rio Grande do Sul, o Presidente abriu mão, em nome da independência, de ser um presidente que não faça oposição, nem seja de situação, mas um Presidente independente em relação à CBF. Eu acho que é um bom exemplo. Agora...

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Ele não tem áudios polêmicos também do...

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Do Presidente, na verdade, tem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Tem?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - É porque lá, Deputado Chico Alencar e Deputado João Derly, também há reclamação de oposição. O mesmo grupo



político do Rio Grande do Sul comanda a Federação Gaúcha de Futebol há muito tempo.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - A mesma coisa, Gabardo, ocorre com Emídio Perondi, Francisco Novelletto e Rubens Hofmeister, que está lá desde os anos 80.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Há pelo menos 30 anos é o mesmo grupo.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - O que nós realmente não encontramos — e procuramos! — foram pessoas que tenham publicamente declarado: *“Quero me candidatar, mas não consigo, porque o Estatuto não permite”*. Isso nós não encontramos, e pesquisamos bastante. Tanto o Estatuto da Federação Gaúcha de Futebol inviabiliza o surgimento de oposição como o estatuto das demais federações, sem dúvida.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Tentamos colocar uma lupa, digamos assim, em cada uma das 27 federações, para ver o que está acontecendo. Sinceramente eu não vi, em nenhuma federação, por exemplo, uma prestação de contas em relação a essa verba que é destinada pela CBF, como gostaria de ver, por ser uma pessoa que gosta de futebol. Não tenho nenhuma prova, absolutamente nada, mas eu gostaria de ver explicitado, de forma clara, transparente, como o dinheiro está sendo utilizado, se é na construção de campo, se é no pagamento de salário para professores, para ensinarem, em escolinhas, garotos a jogarem futebol. Eu gostaria de ver uma coisa mais concreta. Acho que esse dinheiro tinha que ser usado efetivamente para o desenvolvimento do futebol brasileiro.

Como eu falei aqui duas vezes, acho que isso explica um pouco o 7x1 que levamos da Alemanha, porque dinheiro não falta na CBF, não. Acho que falta utilizar melhor essa verba.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Seria até leviano de nossa parte dizer que todos os presidentes de federação fazem mal ao futebol brasileiro. Eu acho que o que faz mal é o sistema, porque os 27, todos eles, são eleitos por um sistema que, como sabemos, não permite oposição. Então nós não temos como saber se eles estão ali porque de fato fizeram um bom trabalho e têm esse trabalho reconhecido pela comunidade ou se estão protegidos por esse estatuto.



Eu acredito que seria positivo também que outros militantes do futebol, outros desportistas, não necessariamente dirigentes que estão na Federação há tanto tempo, pudessem participar disso.

O Bom Senso Futebol Clube, por exemplo, entidade organizada por jogadores de futebol, recentemente apresentou ideias muito boas. O Zico tentou lançar candidatura à FIFA, e não conseguiu, pelo mesmo motivo que os opositores no futebol brasileiro e nas federações não conseguem. O Zico têm ideias boas. O Leonardo, ex-jogador — foi tetracampeão em 1994 e jogou a Copa do Mundo em 1998 —, é também, pelo que acompanho em suas entrevistas, alguém que tem ideias boas. São ex-atletas que podem contribuir, mas o sistema atual não permite que eles participem do processo.

Eu acredito que essa também seja uma sugestão importante.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Por que será que um representante dos jogadores não pode votar em presidente da CBF? Eu acho que é uma ideia. Por que não? Acho que muitas coisas podem ser sugeridas para mudar essa eleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Quais seriam hoje os grandes responsáveis pela situação que o futebol brasileiro vive? Conseguimos nominar alguém?

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Eu acho que Ricardo Teixeira, José Maria Marin e Marco Polo Del Nero.

Eu acho que, na FIFA, esse sistema foi erguido, construído por João Havelange. Lá a sequência foi dada por Joseph Blatter. Na CBF, esse sistema foi construído, arquitetado por Ricardo Teixeira e teve sequência com José Maria Marin e Marco Polo Del Nero. É tudo muito parecido, o que foi feito na FIFA foi feito na CBF. Começou na FIFA em 1974 e, na CBF, em 1989.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - É importante dizer que muitas pessoas que têm boas intenções e provavelmente fazem bem ao futebol brasileiro estão fazendo parte desse sistema também. É um sistema que não permite oposição, não permite eleições. Em muitos momentos, obrigam que a eleição seja feita por aclamação. Certamente há pessoas boas. Eu acho que seria mais saudável, como falei antes, um processo eleitoral em que houvesse oportunidade



para o contraditório, para a crítica, para as propostas, a fim de que quem está no poder possa responder.

Sobre a participação de atletas, é importante lembrar que isso estava no texto original do PROFUT, na MP 671, e acabou sendo retirada a presença de atletas na Assembleia Geral da CBF. Isso acabou sendo retirado do texto. Estava na MP 671.

Eu acredito que foi uma tentativa de colocar os atletas nesse colégio eleitoral. Iniciativas parecidas poderiam ser tomadas.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Houve reações dos dirigentes do futebol, da cartolagem, às suas reportagens?

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Eu não recebi nenhuma reação negativa, não.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Também não os elogiaram, não é? *(Risos.)*

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Não, nem um pouco. *(Risos.)*

Deputado Chico Alencar, a respeito de todas as denúncias que recebemos, fomos procurar obviamente o contraponto. Havia denúncia na Federação do Pará, havia opositor no Amazonas, no Acre, em Roraima. Em boa parte dos casos, não houve contraponto, porque simplesmente os presidentes não quiseram falar, não quiseram explicar.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Houve contraponto do ex-Presidente da Federação de Alagoas Gustavo Feijó, atual Vice-Presidente da CBF; do Presidente da Federação Pernambucana de Futebol, Evandro Carvalho; e do Presidente da Federação Amazonense de Futebol, Dissica Valério Tomaz. Esses três atenderam as nossas ligações e conversaram conosco. Quanto aos outros citados, não.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Lamentavelmente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Pego o gancho da MP 671. Eu participei da discussão da medida provisória sobre o PROFUT.

Os senhores entendem que hoje o futebol influencia muito a política? Ou a política acaba influenciando o futebol?

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Eu acho que as duas coisas.



**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Esse envolvimento tem sido forte. Vimos que houve um jogo duro, um tensionamento nas discussões, até nos bastidores.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Eu acho que as duas coisas, Deputado. A política influencia, sim, o futebol. Creio que os senhores têm mais acesso a respeito de como essa influência ocorre do que nós, mas a observamos, sim. Só o fato de Parlamentares ligados, de certa forma, à CBF terem participado do texto da MP 671 e do PROFUT, considerando como ele chegou à sanção final da Presidente da República, é uma maneira de influência.

Em relação à influência do futebol na política, eu acho que ela existe, mas não nos termos que estão sendo tratados na nossa reportagem. Existe o caso — não estou entrando no mérito se é uma influência positiva ou negativa — de pessoas que militaram no futebol e que se candidataram a cargos públicos. Por serem mais conhecidas, acabam participando desse processo e até entrando na política muitas vezes de forma saudável. Com sua experiência no esporte, acabam contribuindo na atividade parlamentar. Acho que V.Exa., Deputado João Derly, um campeão olímpico, é exemplo disso, pois está aqui também.

Portanto, existe essa influência dos dois lados: do futebol na política e da política no futebol. Cabe aos autores desse processo fazer com que essa influência seja positiva, e não negativa.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Eu concordo com o Rodrigo.

Temos exemplos positivos, não só negativos. Que há relação entre política e futebol, sem dúvida nenhuma, há, como também nessa questão de doações eleitorais que foram feitas pela CBF para campanhas políticas, como foram detalhadas pelo Rodrigo.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O problema é que ser um atacante oportunista no futebol é um mérito e ser um oportunista na política é um demérito. *(Risos.)*

Eu já convivi com o Carlos Alberto Torres, como Vereador, no Rio de Janeiro. Há muitos outros. Não há um carimbo de que, se foi craque no futebol, vai ser craque na política, obrigatoriamente.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Há casos e casos.



**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Mas é absolutamente legítimo alguém que tenha se notabilizado no esporte, como o Deputado João, disputar um mandato eletivo. É óbvio.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - É claro.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - É bom que traga essas qualidades para o mundo da política.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Mas também não está garantido, não. Às vezes, ele é de nível de seleção, no esporte que pratica, é campeão olímpico, e, na política, acaba...

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - É.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - A política também puxa para baixo um bocado.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu quero registrar a presença de mais um gaúcho, o Deputado Fogaça.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA** - Presidente Laudívio, obrigado pelo registro da presença.

Eu estava na sala da Presidência da Casa, acompanhando os Procuradores da República que estão entregando as dez medidas contra a corrupção.

Pelo sistema de som, soube da presença, nesta Comissão, de duas figuras extremamente populares e conhecidas no meu Estado, na minha cidade, o Gabardo e o Rodrigo.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA** - Então, não podia deixar de vir aqui também registrar a minha admiração, o meu apreço pelo trabalho que eles realizaram.

Lamento não poder ter estado aqui antes, pois eu tinha outro compromisso. Eu não sou titular desta Comissão, mas apenas faço este registro: realmente, o esporte brasileiro e, principalmente, o futebol profissional estão precisando, como o



sistema político, cavar fundo para reencontramos um caminho de mais dignidade e valor.

Então, cumprimento os senhores e faço o registro aqui, também, da minha admiração, do meu apreço por esses dois profissionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Muito obrigado, Deputado, pelas palavras.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - V.Exa. e seu Estado estão muito bem representados nesta CPI, pelo nosso companheiro Deputado João Derly e também pelos dois jornalistas que foram nossos convidados e que, gentilmente, compareceram para nos trazer esclarecimentos.

Eu indago se há alguma pergunta mais a ser feita aos nossos convidados aqui, por parte dos Srs. Deputados. *(Pausa.)*

Bom, então, não havendo mais inscritos para o debate, eu quero conceder a palavra, agora, aos nossos convidados, para as considerações finais, a começar pelo Rodrigo, que está ao meu lado esquerdo. Depois, eu passarei a palavra ao Eduardo Gabardo.

**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Deputados presentes; obrigado, Deputado José Fogaça, pela saudação,

É importante dizer a todos os que nos acompanham aqui, nesta Casa, e também, através da *TV Câmara*, a quem não teve a oportunidade de acompanhar a reportagem na íntegra e, eventualmente, ouviu falar dela, ou leu, ouviu alguns trechos dela: eu e o Eduardo Gabardo somos repórteres da *Rádio Gaúcha*, e essa reportagem foi um trabalho multimídia, veiculada tanto na *Rádio Gaúcha* como no jornal *Zero Hora*. Ela está à disposição no *site* tanto da *Rádio Gaúcha* como no *site* do jornal *Zero Hora*, bem fácil de visualizar. Entrando no Google ou em outro *site* de busca, colocando "Gaúcha, coronéis, futebol", imediatamente, a primeira página que vai aparecer é a página central da nossa reportagem, que tem o *link* para todos os capítulos que foram — eu creio — doze ou treze reportagens, divididas em quatro capítulos, em 4 dias.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Sim.



**O SR. RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA** - E convido todos os que nos acompanham, aqui, pela *TV Câmara*, que acompanham aqui, nesta Comissão: quem não teve oportunidade que possa acompanhar pelo *site*, tanto através do texto como através do áudio que está disponibilizado no *site* da *Rádio Gaúcha*.

Por fim, quero bater mais uma vez numa tecla. Assim como alguns Deputados que chegaram agora, é possível também que na *TV Câmara*, ou no *site* da Câmara, muitas pessoas tenham, enfim, acompanhado a partir do meio da reunião, acessado agora, eu gostaria, Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., mais uma vez, de bater nessa tecla da transparência nos processos eleitorais.

A cláusula de barreira, principalmente o item que está presente no Estatuto da CBF e nos Estatutos de todas as 27 Federações Estaduais, que, antes de a eleição ser feita, proíbe que uma entidade assine, subscreva mais de uma chapa. Esse item gera muito dano para a democracia no futebol brasileiro.

Nesta consideração final, nesta oportunidade, Sr. Presidente, que V.Exa. me dá, faço este apelo, este pedido, esta sugestão para todas as entidades que militam, de alguma forma, no futebol brasileiro: que esse item seja revisto e que os Estatutos sejam mais democráticos.

Eu imagino que todos os desportistas que têm ideias, que têm propostas para contribuir com a sua Federação local, ou com a própria CBF, eles têm o direito de lançar a sua chapa. E o Presidente de clube, Presidente de uma entidade filiada a uma Federação que entende que aquela proposta, ela tem um senso, que não necessariamente vai ganhar o seu voto, mas ela tem o direito de concorrer, de divulgar suas ideias. Que seja possível que cada entidade assine quantas candidaturas quiser, de modo que nós não tenhamos mais situações como a que nós apresentamos aqui, no início da nossa explanação. Há grande quantidade grande de eleições e reeleições sucessivas, Presidentes que estão há mais de 20 anos no poder das suas entidades. O recordista é o Zeca Xaud, Presidente da Federação do Estado de Roraima, que está há 41 anos no poder, e há, pelo menos, outros dez que estão há mais de 20 anos; há outros exemplos em que o mesmo grupo se reveza. Que nós não tenhamos mais tantas eleições por aclamação. Quanto à aclamação, numa primeira análise, quem está acompanhando pensa assim: *“Ou o Estatuto não deixou ter oposição, ou todo mundo aplaude, todo mundo*



*acha essa gestão tão maravilhosa, que eu nem vou colocar oposição; o Presidente é tão bom, o trabalho dele é tão bom para o futebol que eu não vou nem lançar candidato, vou votar nele".* Isso seria aclamação saudável. Mas não é o que ocorre. Isso é notório, e, mais do que notório, é o que nós verificamos na reportagem.

Então, que nós tenhamos menos aclamações e mais processos democráticos, eleições com oportunidade para que todos os candidatos apresentem suas propostas. Quem está na oposição que faça suas propostas, seus questionamentos e suas sugestões, e quem está na gestão que tenha o seu direito de fazer as suas propostas e defender o seu mandato, de defender até a continuidade do seu mandato e explicar por que é justo que essa gestão tenha a sua continuidade.

E repito: se o Presidente Marco Polo Del Nero, em 2019, for candidato à reeleição, é justo que ele tenha o direito de defender publicamente a sua gestão, e explique, para o público brasileiro e para as entidades filiadas, por que a gestão da CBF é boa, no entendimento dele, e por que ele entende que a gestão atual da CBF merece continuidade.

Mas eu não acho justo que apenas o Presidente Marco Polo Del Nero, ou o indicado por ele, seja lançado. É justo que várias pessoas, e há muitas, com ideias para contribuir para um futebol brasileiro melhor, lancem suas ideias e, num debate democrático, façam as suas propostas e os seus questionamentos.

É o meu apelo, minha sugestão, Sr. Presidente, por um futebol mais democrático.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Com a palavra o Sr. Eduardo Vieira Gabardo.

**O SR. EDUARDO VIEIRA GABARDO** - Muito obrigado, Presidente; muito obrigado pelo convite, Deputado João Derly; muito obrigado pelas palavras carinhosas, Deputado José Fogaça; muito obrigado pelo debate, Deputado Chico Alencar.

Para terminar, eu só gostaria de tocar, rapidamente, em três pontos.

Eu acho que, primeiro, repetindo e batendo forte nessa tecla: foram 31 milhões de reais distribuídos pela CBF, em 2014, para as Federações, para o desenvolvimento das 27 Federações. Temos que cobrar, temos que exigir, acho que



temos que estar todos atentos à prestação de contas desses valores distribuídos pela CBF. Não é ilegal, não é errado, mas temos que prestar atenção nisso, também porque esses Presidentes de Federações perdem, na minha avaliação, independência no momento da votação, e, por isso, esse mesmo grupo político comanda a CBF desde 1989, assim como na FIFA, desde 1974, o mesmo grupo político comandava a entidade.

Nós temos tempo, até 2019, para fazer uma pressão, para tentar ajudar, de alguma maneira, a mudar esse sistema eleitoral que começa nos votos dos clubes e ligas amadoras em Presidentes de Federações e que depois passa a Presidentes de Federações, votando na eleição para Presidente da CBF. Todo o sistema tem que ser modificado.

Para 2019, na próxima eleição da CBF, acho que temos tempo para trabalhar, para fazer essa pressão e tentar mudar essa forma de se eleger o próximo Presidente da CBF, para que tenhamos uma eleição mais justa. Caso contrário, já sabemos qual vai ser o resultado: uma entidade que tem um ex-Presidente indiciado, um ex-Presidente preso, um atual Presidente que não sai do País por medo de ser preso e que tem tudo, mesmo com tudo isso, para ganhar novamente a próxima eleição que vai definir o próximo Presidente da CBF.

O nosso material está disponível. Se for interesse da CPI, enviaremos o material, com tudo o que conseguimos recolher durante esse tempo de trabalho.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Eu quero agradecer a presença dos Srs. Rodrigo Martins de Oliveira e Eduardo Vieira Gabardo, que são repórteres do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, e dizer que a CPI necessita de todo esse material. E nós gostaríamos de recebê-lo de forma, de maneira oficial.

Muito obrigado aos senhores.

Não havendo mais nada a tratar, encerrarei a presente reunião, antes convocando este colegiado para uma reunião a realizar-se no dia 14 de junho, terça-feira, às 14h30min, para deliberação de requerimentos, tomada de depoimento do Sr. Ricardo Terra Teixeira, ex-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, e audiência pública com a presença dos Srs. Ricardo Borges Martins e Enrico Bueno, Diretores Executivos do movimento Bom Senso Futebol Clube.

Boa tarde a todos e um bom final de semana.

Muito obrigado e até terça-feira.

Está encerrada a reunião.